

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 36/2023-PGJ, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023.**

Altera o dispositivo do Anexo I da Resolução nº 33/2018-PGJ, de 14 de dezembro de 2018, para alterar a subordinação do Núcleo de Atendimento e Suporte da Secretaria de Tecnologia da Informação.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Fica reposicionado, na estrutura organizacional dos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), disposta no art. 21 do Anexo I da Resolução nº 33/2018, de 14 de dezembro de 2018, o Núcleo de Atendimento e Suporte, que passa a ser subordinado à Divisão de Suporte de Redes, item 3.1.7.5.2, da seguinte forma:

"Art. 21.
3.
3.1.
3.1.7.
3.1.7.5
3.1.7.5.2
3.1.7.5.2.1 Núcleo de Atendimento e Suporte" (NR)

Art. 2º Fica incluída na Seção VII do Capítulo II do Título II do Livro IV do Anexo I da Resolução nº 33/2018-PGJ a Subseção XI-A, composta do art. 105-A, com a seguinte redação:

“Subseção XI-A - Do Núcleo de Atendimento e Suporte

Art. 105-A. Ao Núcleo de Atendimento e Suporte, subordinado à Divisão de Suporte de Redes, compete:

- I - detectar e identificar funcionamento anormal com os equipamentos de TI;
- II - testar, pesquisar, estudar soluções e simular alterações dos equipamentos de TI;
- III - homologar, instalar e testar os equipamentos de TI adquiridos pelo MPMS, controlando o respectivo termo de garantia e documentação;
- IV - atender aos usuários, prestando suporte técnico, fornecendo-lhes informações pertinentes a equipamentos e rede de computadores, registrando e definindo prioridades no atendimento a reclamações, providenciando sua manutenção e orientando nas soluções e/ou consultas quando necessário, a fim de restabelecer a normalidade dos serviços;
- V - identificar problemas de falta de acesso a rede de informática, providenciando atendimento presencial, quando necessário, auxiliando na manutenção;
- VI - monitorar os serviços técnicos realizados provenientes de abertura de garantia e subsidiar a área responsável de informações quanto ao andamento dos serviços;
- VII - controlar o estoque de peças de reposição dos equipamentos;
- VIII – sugerir ao CETI medidas para o rodízio dos equipamentos, procurando evitar ociosidades, e otimizando a utilização, de acordo com as necessidades dos usuários;
- IX - disponibilizar informações de apoio às decisões estratégicas referentes à medição dos indicadores dos processos atribuídos;
- X - desempenhar outras atividades que lhe forem determinadas pela chefia.” (NR)

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Anexo I da Resolução nº 33/2018-PGJ:

- I – o item 3.1.7.4.1.2.1 do art. 21;
- II – a Subseção VIII da Seção VII do Capítulo II do Título II do Livro IV e seu art. 102.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande-MS, 21 de setembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4944/2023-PGJ, DE 19.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Costa Rica no dia 19.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4943/2023-PGJ, DE 19.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Eldorado no dia 28.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4942/2023-PGJ, DE 19.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Água Clara no dia 18.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4941/2023-PGJ, DE 19.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Sonora no dia 14.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4940/2023-PGJ, DE 19.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências dos Autos nºs 0001008-92.2021.8.12.0025 e 0000650-64.2020.8.12.0025, em trâmite na comarca de Bandeirantes, no dia 14.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4939/2023-PGJ, DE 19.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos Autos nº 090074-68.2019.8.12.0029, em trâmite na 2ª Vara Cível da comarca de Naviraí, no dia 20.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4938/2023-PGJ, DE 19.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Chapadão do Sul, no julgamento dos Autos nº 0001413-65.2021.8.12.0046, no dia 20.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4937/2023-PGJ, DE 19.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Porto Murtinho no dia 14.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4936/2023-PGJ, DE 19.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Bonito no dia 12.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4935/2023-PGJ, DE 19.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Bonito no dia 13.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4934/2023-PGJ, DE 19.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara e do Juizado Especial Adjunto da comarca de Bonito no dia 14.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4881/2023-PGJ, DE 13.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa 1 (um) dia de folga compensatória no dia 25.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4880/2023-PGJ, DE 13.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 3 (três) dias de folga compensatória no período de 18 a 20.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizadas no período de 29.1 a 3.2.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4872/2023-PGJ, DE 13.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Criminal da comarca de Fátima do Sul no dia 20.9.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 4951/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 9 e 10.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2020 a 6.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4952/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 6 a 10.11.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2020 a 6.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4959/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 2 a 6.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4960/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 9 e 10.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4953/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Anechini Lara Leite 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 19 e 20.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4954/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva 1 (um) dia de folga compensatória no dia 29.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023 nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4955/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 9 e 10.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023 nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4961/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 9 e 10.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4962/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 1 (um) dia de folga compensatória no dia 15.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4883/2023-PGJ, DE 13.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza 3 (três) dias de folga compensatória no período de 13 a 15.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4882/2023-PGJ, DE 13.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 31.8 e 1º.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4929/2023-PGJ, DE 18.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4705/2023-PGJ, de 31.8.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça referente ao mês de setembro de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
18 (19h01min) a 25.9.2023 (11h59min)	PJ de Nioaque	Mariana Sleiman Gomes	99312-5869

- Passe a constar:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
18 (19h01min) a 25.9.2023 (11h59min)	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4928/2023-PGJ, DE 18.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o seguinte servidor ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: CENTRO DE PESQUISA, ANÁLISE, DIFUSÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Angelo Maia Marcelo Pirani	Analista/Informática/Suporte Técnico de Redes	11.9.2023

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4932/2023-PGJ, DE 18.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, símbolo MPDS-104, na função de Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, e considerá-lo exonerado do cargo de Chefe de Divisão, símbolo MPDS-105, na função de Chefe da Divisão de Suporte de Redes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4933/2023-PGJ, DE 18.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Julio Henrique Nunes da Cunha para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, símbolo MPDS-105, na função de Chefe da Divisão de Suporte de Redes, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, e considerá-lo exonerado do cargo de Assessor Técnico em Redes, símbolo MPAS-206.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4945/2023-PGJ, DE 19.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4889/2023-PGJ, de 14.9.2023, na parte que designou servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscais técnicas da Nota de Empenho nº 2023NE000333, de forma que, onde consta: “3) Fiscal Técnica – Karla Karoline Assumpção Cavalcante, Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas; 3.1) Suplente – Joana Maria Diedrich, Chefe do Departamento de Apoio Administrativo da ESMP”, passe a constar: “3) Fiscal Técnica – Joana Maria Diedrich, Chefe do Departamento de Apoio Administrativo da ESMP; 3.1) Suplente – Karla Karoline Assumpção Cavalcante, Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas” (PGA nº 09.2023.00009179-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4964/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000332, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2) Fiscal Administrativa – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 2.1) Suplente – Léa Catarina Lunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2023.00001768-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4965/2023-PGJ, DE 20.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 59/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas; 2) Fiscal Setorial – Débora Duarte Santana, Técnica II; 2.1) Suplente – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 3) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 4) Fiscal Técnica – Desirée Oliveira da Silveira, Analista; 4.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Técnico II; e tornar sem efeito a Portaria nº 4846/2023-PGJ, de 12.9.2023 (PGA nº 09.2023.00006521-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 4791/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Elizangela Cristina Paes da Silva por meio da Portaria nº e-1140/2022-PGJ, de 6.10.2022, de forma que, onde consta: “de 10 a 19.7.2023”, passe a constar: “de 27.9 a 6.10.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4793/2023-PGJ, DE 6.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Elisman da Costa Vargas por meio da Portaria nº e-1450/2022-PGJ, de 11.11.2022, de forma que, onde consta: “de 11 a 20.9.2023”, passe a constar: “de 8 a 17.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4807/2023-PGJ, DE 11.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Sheila Marques da Costa por meio da Portaria nº e-299/2023-PGJ, de 27.3.2023, de forma que, onde consta: “de 28.8 a 6.9.2023”, passe a constar: “de 18 a 27.3.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4816/2023-PGJ, DE 11.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Karla Nogueira Steil por meio da Portaria nº e-1104/2022-PGJ, de 19.9.2022, com suas modificações, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.9.2023, a serem usufruídas no período de 20 a 29.11.2023, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4837/2023-PGJ, DE 11.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Francislene de Souza Guerreiro por meio da Portaria nº e-887/2022-PGJ, de 20.7.2022, com redação dada pela Portaria nº e-445/2023-PGJ, de 4.5.2023, de forma que, onde consta: “de 16 a 25.10.2023”, passe a constar: “de 27.9 a 6.10.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4838/2023-PGJ, DE 11.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Bruno Angelo Castelete por meio da Portaria nº e-31/2023-PGJ, de 11.1.2023, com redação dada pela Portaria nº 2143/2023-PGJ, de 3.5.2023, que seriam usufruídas nos períodos de 16 a 25.10.2023 e de 8 a 17.1.2024, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.11.2023 e de 15 a 24.4.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4839/2023-PGJ, DE 11.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 22.8.2023, as férias da servidora Larissa Figueiredo de Toledo Buytendorp concedidas por meio da Portaria nº e-1398/2022-PGJ, de 11.11.2022, com redação dada pela Portaria nº 1119/2023-PGJ, de 9.3.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 25.3 a 2.4.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4840/2023-PGJ, DE 11.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Agnes Juliane Cardoso Fonseca de Melo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.10.2023 e de 19 a 28.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018; 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004; e 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4841/2023-PGJ, DE 12.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Eveline Nilce Crisóstomo Ribeiro Flores por meio da Portaria nº 1210/2021-PGJ, de 13.4.2021, com suas modificações, que seriam usufruídas no período de 2 a 11.5.2023, a serem usufruídas no período de 15 a 24.1.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4847/2023-PGJ, DE 12.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares ao servidor Osni Antonio Butzhy Andrade Netto, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.12.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.9.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018; 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004; e 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4853/2023-PGJ, DE 13.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Carlos Henrique de Brito Gomes por meio da Portaria nº e-244/2023-PGJ, de 7.3.2023, de forma que, onde consta: “de 13 a 22.9.2023”, passe a constar: “de 20 a 29.11.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4859/2023-PGJ, DE 13.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-893/2022-PGJ, de 20.7.2022, com suas modificações, na parte que concedeu à servidora Fernanda Fabrini Silva a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, de forma que, onde consta: “de 21 a 30.9.2023”, passe a constar: “de 25.9 a 4.10.2023”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4871/2023-PGJ, DE 13.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Kathyelle Agatha Palermo Faria Nantes Maciel por meio da Portaria nº e-286/2023-PGJ, de 16.3.2023, de forma que, onde consta: “de 11 a 20.9.2023”, passe a constar: “de 15 a 24.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4875/2023-PGJ, DE 13.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-908/2023-PGJ, de 2.8.2023, na parte que concedeu ao servidor Elpidio Junior das Neves Lima a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, de forma que, onde consta: “de 26.9 a 5.10.2024”, passe a constar: “de 21 a 30.9.2023”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4878/2023-PGJ, DE 13.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Guilherme da Matta Massarotto por meio da Portaria nº 4491/2022-PGJ, de 8.9.2022, com redação dada pela Portaria nº 1909/2023-PGJ, de 18.4.2023, de forma que, onde consta: “de 11 a 20.9.2023”, passe a constar: “de 8 a 17.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4887/2023-PGJ, DE 13.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-279/2023-PGJ, de 15.3.2023, que concedeu férias à servidora Livia Menezes Simão, de forma que, onde consta “a serem usufruídas nos períodos de 10 a 29.4.2023 e de 6 a 15.11.2023”, passe a constar “a serem usufruídas no período de 10 a 29.4.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.11.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4894/2023-PGJ, DE 14.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Leandro da Silva Andrade por meio da Portaria nº e-221/2023-PGJ, de 6.3.2023, de forma que, onde consta: “de 2 a 11.10.2023”, passe a constar: “de 20 a 29.11.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4895/2023-PGJ, DE 14.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Matheus Córdoba Caramalac por meio da Portaria nº e-1016/2023-PGJ, de 11.9.2023, de forma que, onde consta: “no período de 6.11 a 5.12.2023”, passe a constar: “nos períodos de 16.10 a 4.11.2023 e de 11 a 20.12.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4897/2023-PGJ, DE 14.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Moises Yule de Oliveira por meio da Portaria nº e-1488/2022-PGJ, de 21.11.2022, de forma que, onde consta: “de 3 a 12.7.2023”, passe a constar: “de 8 a 17.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4915/2023-PGJ, DE 15.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Enrique Gonçalves de Souza por meio da Portaria nº 565/2023-PGJ, de 6.2.2023, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.9.2023, a serem usufruídas no período de 16 a 25.10.2023, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4917/2023-PGJ, DE 15.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Maria Isabelli Monteiro de Oliveira Gonçalves, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.6.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018; 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004; e 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4918/2023-PGJ, DE 15.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 4.9.2023, as férias da servidora Patricia Alves Coutinho Lacerda concedidas por meio da Portaria nº 163/2023-PGJ, de 17.1.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 18 a 20.10.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4919/2023-PGJ, DE 15.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Patricia Alves Coutinho Lacerda por meio da Portaria nº 163/2023-PGJ, de 17.1.2023, com redação dada pela Portaria nº 3255/2023-PGJ, de 22.6.2023, que seriam usufruídas no período de 11 a 13.9.2023, a serem usufruídas no período de 5 a 7.12.2023, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4920/2023-PGJ, DE 15.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira por meio da Portaria nº e-373/2022-PGJ, de 20.4.2022, com redação dada pela Portaria nº 4866/2022-PGJ, de 30.9.2022, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.09.2023, a serem usufruídas no período de 20 a 29.5.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4923/2023-PGJ, DE 18.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Cristhiane Bergmaier por meio da Portaria nº e-1388/2022-PGJ, de 10.11.2022, com redação dada pela Portaria nº 4394/2023-PGJ, de 14.8.2023, de forma que, onde consta: “de 18 a 27.9.2023”, passe a constar: “de 20 a 29.9.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4926/2023-PGJ, DE 18.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Andrezza Barbosa dos Anjos, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.10.2023 e de 8 a 17.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018; 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004; e 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4967/2023-PGJ, DE 20.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fernanda Tabarin Vieira Okamoto, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Inteligência, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, no período de 15.9 a 4.10.2023, em razão de afastamento do titular, Diogo Banzer da Motta.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4968/2023-PGJ, DE 20.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Carlos Henrique de Brito Gomes, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Auditoria Interna nos dias 22, 28 e 29.9.2023, em razão de afastamento da titular, Natascha Junko Sakamoto Costa.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4969/2023-PGJ, DE 20.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Dálete de Oliveira Cáceres, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Costa Rica, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Eldorado, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 11 a 20.9.2023, em razão de afastamento do servidor Kelvin Alexandre Garcia, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4970/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Maria Aparecida de Oliveira Santana França, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Análise e Compras no dia 18.9.2023, em razão de afastamento do titular, Paulo Roberto Martins Cavallari.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4971/2023-PGJ, DE 20.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020

R E S O L V E :

Designar o servidor Gustavo Rocha Lobato, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Projetos e Serviços de Tecnologia da Informação, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Governança de Tecnologia da Informação no período de 18.9 a 2.10.2023, em razão de afastamento do titular, Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4972/2023-PGJ, DE 20.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, nos dias 31.8, 1º, 25 e 29.9.2023, em razão de afastamento da servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5083/2023-PGJ, DE 20.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Vânia de Oliveira Coelho Gondim, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Miranda, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 11 a 20.9.2023, em razão de afastamento da servidora Patricia da Silva Pereira, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5084/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thiago Simioli Holsback, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Bonito, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 20 a 29.9.2023, em razão de afastamento do servidor Diogo Felliphe da Silva Maluf Ferreira, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5085/2023-PGJ, DE 20.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Reginaldo de Oliveira Vilanova, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão por Processos, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Planejamento e Gestão no dia 15.9.2023, em razão de afastamento da titular, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5086/2023-PGJ, DE 20.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rafael Assef Vieira, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 3ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 13 a 22.9.2023, em razão de afastamento da servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5087/2023-PGJ, DE 20.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 14.8.2023, a Portaria nº 2495/2023-PGJ, de 23.5.2023, que concedeu à servidora Fabiana Lopes da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Maracaju, a prestação de suas atribuições fora do órgão originário e dentro das dependências do Ministério Público em Naviraí, na modalidade de teletrabalho (PGA nº 09.2023.00005074-3).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5089/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Alves Coutinho Lacerda, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 22ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 68ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 31.7 a 27.8.2023, em razão de afastamento da servidora Cleizy Mara Romeiro, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1078/2023/PJ, DE 21.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-479/2023-PGJ, de 11.5.2023, que concedeu férias à servidora Luana Rotta Vollkopf Curto, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 28.11 a 7.12.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 19 a 28.2.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1079/2023/PJ, DE 21.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05.05.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares ao servidor Kerman Mendes Pereira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 9.10 a 7.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1080/2023/PJ, DE 21.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Sonia Tenuta, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1081/2023/PGJ, DE 21.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Alex Augusto da Silva Graça, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 21 a 30.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1082/2023/PGJ, DE 21.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Renata Patricia Souza Monteiro Mendes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 8 a 27.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.1 a 7.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1083/2023/PGJ, DE 21.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Milton Estevão Corrêa, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 31.1 a 9.2.2024 e de 17 a 26.6.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1084/2023/PGJ, DE 21.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Paulo Roberto da Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1085/2023/PGJ, DE 21.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Janayna Grincevicus Vareiro, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.6.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1086/2023/PGJ, DE 21.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Andressa Cecon Bidutti Souza, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.12.2023 e de 19 a 28.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 14 a 23.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1087/2023/PGJ, DE 21.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Cleber do Nascimento Gimenez, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 1º a 10.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 14 a 23.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 62/2023.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00009714-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Elson de Matos Lopes.

Objeto: Acompanhar o cumprimento do acordo judicial realizado no bojo da Ação Civil Pública n. 0818841-75.2015.8.12.0001.

Campo Grande, 21 de Setembro de 2.023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

EDITAL Nº 0033/2023/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2023.00001307-0

Requerente: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana - SEMADUR

Requerido: Brilhar Serviços Terceirizados Eireli

Objeto(s): Acompanhar as disposições do Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento Brilhar Serviços Terceirizados Eirelli.

Campo Grande, 20 de setembro de 2023

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0034/2023/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00006843-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Agropecuária Guarujá LTDA

Objeto(s): Fiscalizar o cumprimento das obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00001253-7.

Campo Grande, 20 de setembro de 2023

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

BONITO

EDITAL N. 0051/2023/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00003110-2

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Edson Lopes Ferreira, Moisés Eliel Grubert

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2019.00000613-5, entre Edson Lopes Ferreira, Moisés Eliel Grubert e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na fazenda Mimoso.

Bonito – MS, 23 de agosto de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL 0015/2023/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009994-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação dos Vendedores Ambulantes de Leite de Dourados - AVALEITE

Assunto : Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações consumeristas estabelecidas em acordo celebrado no bojo da Ação Civil Pública nº 0900042-42.2022.8.12.0002.

Dourados, 20 de setembro de 2023.

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

IVINHEMA

EDITAL Nº 0002/2023/01PJ/IVH

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS

Procedimento Administrativo Nº 09.2023.00006005-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Ivinhema/MS.

Assunto: Acompanhar o cumprimento da Recomendação n. 0001/2023/01PJ/IVH

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Ivinhema/MS e o Município de Ivinhema/MS, em 18/09/2023, tendo por objeto as obrigações que o compromissário assume consistente em realizar a nomeação, convocação e posse dos candidatos aprovados em concurso público, dentro do número de vagas, nos prazos estabelecidos no termo, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta>, bem como na Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, localizada na Praça dos Poderes, nº 900, Centro, Cep: 79.740-000, Telefone (67) 2020-9351 e 2020-9352.

Ivinhema/MS 20 de setembro de 2023

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça

**EDITAL N.: 0017/2023/02PJ/IVH**

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2023.00001093-0 que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 2020-9351 e 2020-9352, ou através do endereço na internet ://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001093-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: TPA Transportes Ponto de Apoio Ltda

Objeto: Apurar a possível ocorrência de dano ambiental, supostamente praticado pela empresa TPA Transportes Ponto de Apoio Ltda. em razão do derramamento de cerca de 35.000L (trinta e cinco mil litros) de etanol diretamente no solo da propriedade situada na Rodovia BR 376, km 130, nesta cidade e Comarca de Ivinhema.

Ivinhema/MS, 20 de setembro de 2023.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

PORTO MURTINHO**EDITAL N. 0028/2023/PJ/PTM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, em Porto Murtinho-MS.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001204-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Aurelio Rolim Rocha e Nilton Fernando Rocha Filho

Assunto: Apurar o desmatamento de 256,62 hectares de vegetação nativa integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Baía das Conchas, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 298/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Porto Murtinho, 20 de setembro de 2023.

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

TERENOS**EDITAL Nº 0023/2023/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis: 09.2023.00009144-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar a regularização da obra de pavimentação asfáltica realizada pela Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos na rodovia de acesso ao distrito Cachoeirão, no Município de Terenos/MS, que está sendo realizada no processo administrativo n. 71/038151/2022 junto ao Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul.

Terenos/MS, 11 de setembro de 2023.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

**TRÊS LAGOAS****EDITAL Nº 09.2023.00010036-1**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010036-1

Compromitente: Ministério Público Estadual

Compromissário: Gumar Bar

Assunto: acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e o responsável pelo empreendimento Gumas Bar.

Três Lagoas – MS, 20 de setembro de 2023.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo da Comarca de Três Lagoas-MS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00003971-6**PORTARIA 0001/2023/09PJ/TLS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas disposições contidas na Resolução n. 005/2012-CPJ, de 13 de dezembro de 2012, a qual dispõe sobre a instauração e o processamento do Procedimento Administrativo no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o exercício de atividades-fim da Instituição; e

CONSIDERANDO que a Carta Magna destinou no seu corpo um capítulo específico voltado à promoção e à preservação dos direitos da criança e do adolescente, convocando a família, o Estado e a sociedade civil a olhar para seres de uma maneira especial, buscando assim resguardar a dignidade humana e protegê-los de qualquer espécie de violência que venha a afetar o seu desenvolvimento físico, psíquico e moral;

CONSIDERANDO que, conforme o artigo 3º do ECA, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e igualdade;

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, na forma do art. 227 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, cujo objeto é o acompanhamento de medidas de prevenção de atos de violência nas escolas de Três Lagoas-MS e Selvíria-MS.

DETERMINO a realização das seguintes providências:

1 - Comunique-se os Centros de Apoio Criminal e da Infância e Juventude, acerca da instauração do presente



procedimento, inclusive com encaminhamento de cópia da presente Portaria de Instauração;

2 - a fim de tratar do assunto objeto deste procedimento, seja agendada reuniões:

- a) com o Prefeito Municipal de Três Lagoas-MS juntamente com a secretária municipal de educação;
- b) com o Delegado Chefe da Polícia Federal, Delegado Regional de Polícia de Civil e com o Comandante da Polícia Militar, sendo todos com atribuição na comarca de Três Lagoas;
- c) com os diretores(as) das escolas particulares de Três Lagoas-MS.

3 - Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Para secretariar os trabalhos, realizo a designação do servidor Rodrigo de Souza Passos (Técnico II – Matrícula n. 801804-9).

Cumpra-se.

Três Lagoas-MS, 11 de abril de 2023.

LUCIANO ANECHINI LARA LEITE
9º Promotor de Justiça de Três Lagoas/MS